



Vícios intelectuais e as redes sociais: o acesso constante à informação nos torna intelectualmente viciosos?

*Intellectual vices and social media: does constant access to
information make us intellectually vicious?*

*Felipe Rocha L. Santos**

RESUMO: Muitos chamam a era em que atualmente vivemos como a Era da Informação. Isso porque vivemos em um mundo altamente conectado onde o fluxo de informação é constante. Uma das principais fontes de informação nos dias de hoje é a Internet, seja através de pesquisas no Google, seja através do testemunho de nossos amigos ou empresas em que confiamos, através das redes sociais. Este artigo visa realizar uma análise desde um ponto de vista da epistemologia social e de uma epistemologia dos vícios para se responder uma pergunta que vem sendo feita em diversas pesquisas de psicologia experimental: O uso da Internet nos torna intelectualmente viciosos? A conclusão a que chego é a de que sim, em determinados contextos, o uso da Internet nos torna intelectualmente viciosos. Para chegar a esta conclusão, analiso um experimento realizado em uma pesquisa de psicologia experimental que afirma que a Internet nos torna intelectualmente arrogantes e uma resposta desde um ponto de vista da epistemologia que defende que este uso pode promover talvez mais virtudes. Em seguida considero a arquitetura da internet dentro de um contexto informacional específico para poder chegar à conclusão de que a internet, em determinados contextos, nos torna sim intelectualmente viciosos.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia Social, Epistemologia dos Vícios, Epistemologia das Virtudes, Testemunho, Vícios Intelectuais

ABSTRACT: Many call the era in which we currently live as the Information Age. This is because we live in a highly connected world where the flow of information is constant. One of the main sources of information these days is the Internet, whether through Google searches or through the testimony of our friends or companies that we trust on social media. This article aims at an analysis from the point of view of social epistemology and vice epistemology to answer a question that has been asked in several researches of experimental psychology: Does the use of the Internet make us intellectually vicious? My conclusion is that in certain contexts the use of the Internet makes us intellectually vicious. To reach this conclusion, I analyze an experiment conducted in an experimental psychology research that states that the Internet makes us intellectually arrogant and a response from a point of view of epistemology that argues that it may actually promote more virtues. Then I consider the architecture of the Internet within a specific informational context to be able to reach the conclusion that the internet, in certain contexts, makes us rather intellectually vicious.

KEYWORDS: Social Epistemology, Vice Epistemology, Virtue Epistemology, Testimony, Intellectual Vices

* Doutor em Filosofia (UFBA) e pesquisador Pósdoc do *Instituto de Investigaciones Filosóficas, Universidad Nacional Autónoma de México*. <frls.ba@gmail.com>

1. A epistemologia, durante muito tempo, tem buscado solucionar questões relativas a natureza do conhecimento, natureza da justificação, racionalidade e ceticismo, dentre outras questões, sempre do ponto de vista do indivíduo isolado, ou mesmo partindo de uma análise como quais propriedades uma crença deve ter para ser considerada conhecimento. No final do século XX, uma nova área da epistemologia, a epistemologia social, busca investigar não o indivíduo isoladamente, mas sua relação com outros indivíduos e instituições, e como estes outros indivíduos e instituições influenciam nossos estados epistêmicos. Segundo Goldman, uma das áreas de estudo da epistemologia social é o estudo de “propriedades epistêmicas de instituições e sistemas sociais” (Goldman, 2016), ou seja, o estudo de “como eles melhoram ou prejudicam resultados epistêmicos dos membros individuais ou do sistema como um todo” (Goldman, 2016). Este artigo busca realizar uma análise de como o uso da internet e em especial das redes sociais pode proporcionar aos indivíduos mais vícios intelectuais do que virtudes, ao menos em um contexto específico que é o de informações relacionadas à política e democracia.

De acordo com investigações recentes no campo da psicologia experimental (Fisher et al, 2015), o uso da internet para realizar pesquisas diversas pode nos fazer crer que possuímos muito mais conhecimento do que realmente possuímos em nosso sistema cognitivo, sugerindo que a internet pode proporcionar às pessoas uma espécie de arrogância intelectual, ou de modo mais generalizado, vícios intelectuais. Entretanto, esta conclusão é desafiada por Carter e Gordon (2016), que afirmam que se considerarmos que nosso sistema cognitivo é somente o que está dentro da cabeça, fisicamente, então a conclusão de Fisher et al. pode estar correta. Entretanto, se o nosso sistema cognitivo pode ser estendido para além do intra-cranial, como afirmam os filósofos que defendem a hipótese da mente estendida (Clark e Chalmers, 1998), então a conclusão pode ser que de fato o uso da internet para pesquisa não proporciona vícios intelectuais, mas ao contrário, pode proporcionar virtudes intelectuais nas pessoas. Neste artigo, pretendo aceitar as ideias propostas por Carter e Gordon, de que o nosso sistema cognitivo pode ser estendido, entretanto pretendo propor que em alguns contextos informacionais específicos, como por exemplo o contexto da busca e acesso a informações relativas a política, o uso da internet e redes sociais para obtenção e/ou armazenamento de informação pode ser afetado por efeitos conhecidos

como “câmaras de eco” (Jamieson & Cappella, 2009) ou “filtro-bolhas” (Pariser, 2011). E por conta destes efeitos, os resultados epistêmicos podem ser mais negativos do que positivos, proporcionando às pessoas mais vícios intelectuais do que virtudes.

Este artigo tem a seguinte estrutura: na seção 2 apresentarei brevemente a pesquisa realizada por Fisher et al. que argumenta que o uso da internet pode gerar nas pessoas a ilusão de que possuem mais conhecimento do que realmente possuem, de modo que isso sugere que o uso da internet pode proporcionar algum tipo de arrogância intelectual. Em seguida, na seção 3, apresentarei as noções de vícios e virtudes intelectuais que irei utilizar durante este artigo. Na seção 4 introduzirei o argumento de Carter e Gordon sobre a mente estendida e como, sob a luz de uma interpretação da hipótese da mente estendida, o uso da internet poderá proporcionar mais virtudes do que vícios intelectuais. Por fim, argumentarei na seção 5 que em contextos informacionais específicos, o uso de buscadores e redes sociais podem ser afetados por efeitos como o de “câmara de eco” e “filtros-bolha”, de modo a proporcionar mais vícios intelectuais do que virtudes, mesmo considerando como correta a hipótese da mente estendida.

2. Já no início do seu artigo, Fisher et. al. começa explicando o que é uma premissa fundamental de seu argumento: o ser humano muitas vezes confia em próteses cognitivas para ampliar e melhorar o funcionamento da mente (Fisher et. al., 2015, p. 674). E no que diz respeito a memória e conhecimento, uma das próteses cognitivas são os *sistemas de memória transitiva*. Segundo Fisher et. al. nestes sistemas:

[a] informação é distribuída através de um grupo onde os indivíduos são responsáveis por saber uma área específica de conhecimento. Por exemplo, uma pessoa pode ser responsável por saber onde encontrar comida enquanto outra sabe como prepara-la. Os membros do sistema também devem rastrear onde o resto do conhecimento é armazenado. Portanto, estes sistemas possuem dois elementos-chave: memória interna (“O que eu sei?”) e memória externa (“Quem sabe o que?”). (Fisher et. al., 2015, p. 674)

Ou seja, os sistemas de memória transitivas são os sistemas que entram em funcionamento quando confiamos, por exemplo, parte de uma informação a outra pessoa, armazenando-a externamente. Se estou por exemplo em uma ligação telefônica e preciso anotar um número de

telefone específico que me é informado, mas não tenho onde anotar, posso confiar em um amigo para que memorize o número enquanto eu termino minha ligação, para depois recuperar em sua memória o telefone armazenado. Neste caso, eu sei que ele possui a informação, que ele sabe o número telefônico informado, e eu sei como recuperar esta informação, perguntando-lhe. Mas a memória transitiva não está somente distribuída entre pessoas e grupos sociais. Muitas pesquisas recentes¹ sugerem que as tecnologias cada vez mais funcionam como memórias transitivas, já que cada vez mais nossas tarefas cognitivas são “terceirizadas” por nossos dispositivos tecnológicos. Para Fisher et. al, “as evidências sugerem que a Internet pode se tornar parte da memória transitiva; pessoas confiam na informação que elas sabem que podem ser encontradas online e por isso rastreiam a memória externa [...] mas não retém na memória interna.” (Fisher et. al., 2015, p. 675). A internet possui uma série de vantagens em comparação com as memórias transitivas humanas, como por exemplo, ser mais acessível, seu acesso ser mais imediato, possui uma capacidade de armazenamento extremamente grande e possui muito mais experts em diversos campos de conhecimento.

Dado o potencial da Internet de funcionar cada vez melhor que a memória transitiva humana, a consequência é que parece se tornar cada vez mais difícil para as pessoas que usam a Internet diferenciar onde elas mesmas armazenam as informações, se em sua memória interna (ou memória biológica) ou em sua memória externa (Internet). A consequência é que cada vez mais as pessoas parecem possuir uma ilusão de conhecimento, ou seja, acreditam que possuem armazenado na memória biológica muito mais crenças e conhecimento do que realmente se encontra armazenado ali. Esse efeito inclusive ocorre para o caso de memória transitiva humana, onde pessoas confundem o conhecimento que seus parceiros possuem por conhecimentos que elas mesmas possuem². Assim, Fisher et. al. buscam “apresentar evidências a partir de nove experimentos, onde a busca na internet conduz as pessoas a confundirem a informação que encontram online com a que possuem ‘dentro da cabeça’” (Fisher et. al., 2015, p. 675). Nestes nove experimentos, os pesquisadores mediram a capacidade dos participantes de avaliar suas

¹ Ver Sparrow et. al. (2011), Ward (2013) e Lynch (2016).

² Para pesquisas sobre este fenômeno em memórias transitivas humanas, ver Koriati & Levy-Sadot (2001) e Wegner (1987).

habilidades de explicar certas questões. O método geral usado nos experimentos e em suas nove variações foi a seguinte: um grupo de participante usou e internet para encontrar respostas explicativas a um grupo de perguntas, durante a primeira fase, enquanto outro grupo de participantes não poderiam usar a internet para buscar estas respostas. Na segunda fase, todos deveriam avaliar suas habilidades para explicar outro grupo de perguntas não relacionadas com a primeira fase. Assim, segundo Fisher et. al.:

A capacidade autoavaliada para responder a perguntas aumentou após a busca por explicações on-line em uma tarefa anterior, não relacionada (experimentos 1a e b), um efeito que se manteve mesmo depois de controlar o tempo, o conteúdo e as características do processo de busca (experimento 1c). O efeito deriva de um verdadeiro erro de atribuição das fontes de conhecimento, e não de uma mudança na compreensão do que conta como conhecimento interno (experimentos 2a e b) e que não é conduzido por um "efeito halo" ou uma confiança excessiva geral (experimento 3). Fornecemos evidências de que esse efeito ocorre especificamente porque as informações on-line podem ser acessadas com tanta facilidade através da pesquisa (experimentos 4a-c). (Fisher et. al., 2015, p. 675)

Ou seja, a conclusão destes experimentos é que o hábito de usar a internet para buscar informação faz com que as pessoas passem a ter uma ilusão de que possuem mais conhecimento do que realmente possuem, visto que confundem o conhecimento que se encontra armazenado on-line com o que possuem armazenado dentro de suas cabeças (Fisher et. al., 2015, p.682). Outros resultados similares foram encontrados em outros estudos onde foi identificado que, ao usar o Google para busca de informações factuais, as pessoas passaram a crer que elas chegaram às respostas por conta própria e não através do Google³. Ou seja, o que estas pesquisas sugerem é que o uso da Internet para realizar pesquisas proporciona consequências negativas como uma espécie de arrogância intelectual, ou autoengano intelectual.

Do ponto de vista da epistemologia social, como poderíamos interpretar o resultado destes estudos? Como afirma Goldman, “a Internet dá origem a diversas ferramentas colaborativas que agregam informação

³ Ver Ward (2013).

disseminada entre um número grande de indivíduos que podem não ser experts nos tópicos que eles pesquisam. Um exemplo notável é a enciclopédia online Wikipedia” (Goldman, 2016). E diversos filósofos, ao realizarem uma análise epistêmica da Wikipedia, por exemplo, concluíram que ela possui diversas virtudes epistêmicas que não apenas a confiabilidade, como também a velocidade e a capacidade de atingir um grande número de pessoas (Fallis, 2008, p. 1668). Entretanto, parece que apesar de algumas virtudes, a Internet proporciona um efeito negativo de estimular o que seriam vícios epistêmicos nos seus usuários, como a arrogância intelectual, ou seja, a ilusão de possuir mais conhecimento do que se possui. E esta confiança extra, a respeito da quantidade de conhecimento que se possui, pode induzir um agente epistêmico a reduzir sua motivação de se buscar novas informações, podendo até mesmo motivar as pessoas a evitar informação (Ward, 2013, p. 345)⁴. Ou seja, do ponto de vista epistêmico, estes vícios intelectuais causados pelo uso da Internet faz com que as pessoas não só acreditem falsamente que elas sabem mais do que realmente sabem, como também faz com que elas não entrem em contato com novas informações assim como não obtenham novos conhecimentos, por fazer com que os sujeitos pensem que já sabem sobre o tema.

3. Nesta seção pretendo analisar mais detalhadamente a noção de vício intelectual, com o objetivo de buscar compreender melhor as conclusões levantadas por Fisher et. al. descritas na seção 2. Como afirma Goldman, “se desejamos melhorar nossa performance intelectual, devemos identificar os elementos que mais necessitam melhoria” (Goldman, 1978, p. 511). Ou seja, não é o papel da epistemologia apenas analisar propriedades de crenças ou justificação, mas também buscar identificar e analisar os vícios intelectuais que impedem um melhor resultado epistêmico e buscar assim melhorar nossas performances. Este tipo de prática pode ser chamado de “epistemologia reguladora”, um tipo de epistemologia “mais praticado por Locke, Descartes e outros do período [e que] não tem como objetivo produzir uma teoria do conhecimento” (Roberts e Wood, 2007, p. 21) mas sim busca gerar um guia para melhores

⁴ Ward também aponta que pesquisas revelam que pessoas que possuem bastante conhecimento em uma área aprendem menos quando expostas a novos conhecimentos em relação com os que possuem menos conhecimento em relação ao mesmo tópico. E isso porque, por crer que já possuíam tais conhecimentos, estas pessoas simplesmente falham ao escutar e memorizar nova informação (Wood & Lynch, 2002).

práticas epistêmicas. Por isso, “a epistemologia reguladora é uma resposta às deficiências percebidas nas condutas epistêmicas das pessoas, e portanto, é altamente prática e social” (Roberts e Wood, 2007, p. 21). Por essa razão, compreender melhor os possíveis vícios intelectuais proporcionados pelo uso da Internet pode nos ajudar a compreender melhor o uso que fazemos das ferramentas digitais e sociais para assim melhorar nossos resultados epistêmicos.

Como compreender vícios intelectuais? Curiosamente, na literatura sobre virtudes intelectuais, há pouca referência a vícios e a uma análise mais detalhada sobre como compreender os vícios. Portanto, uma das maneiras de compreender vícios intelectuais é em oposição a virtudes. As virtudes intelectuais podem ser compreendidas (1) a partir de uma perspectiva confiabilista das virtudes⁵, onde o que importa são os fins proporcionados pelas virtudes intelectuais, ou seja, a verdade; e (2) a partir de uma perspectiva responsabilista das virtudes⁶, onde o que é fundamental para as virtudes intelectuais são as boas motivações que estimulam tais virtudes, e não somente o resultado que elas proporcionam. Desse modo, os vícios intelectuais, em oposição às virtudes intelectuais, podem ser compreendidos como (1) algo que obstrui o acesso a verdade, em vez de conduzir confiavelmente à verdade e (2) como algo que não possui motivações ou possui motivações negativas (Battaly, 2014, p.57).

Assim, no sentido (1), um vício intelectual seria por exemplo, uma visão ruim, ou seja, uma pessoa com nove graus de miopia (e que não utiliza óculos ou lentes que corrigem a visão) não possui uma visão confiável, capaz de produzir mais crenças verdadeiras do que falsas sobre o que vê. Essa visão obstrui o acesso à verdade mais do que conduz, sendo assim um vício intelectual no sentido confiabilista. Goldman, por exemplo, afirma que “processos como adivinhação, pensamento fantasioso, e ignorar evidências contrárias são considerados vícios porque eles produzem uma taxa baixa de crenças verdadeiras” (Goldman, 1992, p. 158). No sentido (2), poderíamos listar como vícios intelectuais a “ociosidade epistêmica, conformidade, covardia, pensamento fantasioso e mente fechada” (Zagzebski, 1996, 152), já que são traços de caráter que

⁵ Ver Sosa (2015) e Greco (2010) para uma epistemologia das virtudes confiabilista.

⁶ Ver Zagzebski (1996) para uma epistemologia responsabilista das virtudes.

não são motivados por boas razões ou até mesmo não possui motivação alguma. Como estes tipos de vícios se aplicariam a um caso prático? Vejamos o seguinte caso:

Oliver possui uma obsessão pouco sadia com o 9/11 [ataque às torres gêmeas em Nova Iorque]. Ele gasta muito de seu tempo lendo sobre o que ele chama de ‘conspiração do 9/11’ e ele considera como um perito no campo de estudos do 9/11. Ele acredita que [P] os ataques do 11 de setembro não foram realizados pela Al-Qaeda e o colapso das torres do World Trade Center foi causado por explosivos colocados nos prédios por agentes do governo antecipadamente, ao invés do impacto causado pelos aviões e do incêndio resultante. No que diz respeito a Oliver, o colapso das torres gêmeas foi um trabalho interno e especificamente, resultado de uma demolição controlada (Cassam, 2016, p. 162).

Neste caso específico, sabe-se que a crença de Oliver que P é claramente falsa, dado que há diversas evidências, inclusive análise de experts, que comprovam que o que derrubou as torres gêmeas foi de fato o impacto com os aviões sequestrados⁷. Ou seja, parece que há algo errado com o que passa com Oliver. No que diz respeito a suas motivações, pode-se dizer que Oliver está motivado a encontrar a verdade, e investe muito de seu tempo lendo, pesquisando, de modo a encontrar uma “verdade final” que explique o que de fato ocorreu, para assim alertar aos demais que são “enganados” pelo governo que a verdade é outra. Poder-se-ia dizer que Oliver é vicioso porque acredita nas coisas que são mais fáceis de acreditar. Entretanto, isso também não parece ser parte do caráter de Oliver, que inclusive crê que é difícil acreditar no que ele “sabe”, e justamente por isso, crê Oliver, as pessoas acreditam no que é mais fácil, a saber, no que o governo informa.

Acontece que Oliver parece ter boas motivações e boas intenções, mas mesmo assim, nossa intuição diz que ele não é um investigador responsável e muito menos efetivo, já que ele não alcança a verdade. Oliver tem suas razões para crer no que ele crê, dado que ele lê livros e websites sobre conspiração, conversa com pessoas que pensa igual a ele e troca informação sobre o tema. Ele é capaz de explicar detalhadamente todas as razões que o levaram a crer em P. Mas parece que ele usa métodos

⁷ Há uma vasta literatura que argumenta contra a ideia de que o ataque às Torres Gêmeas foi um trabalho interno e que há uma conspiração que quer nos levar a crer que foi um ataque terrorista. Para fins de argumentação, pretendo assumir aqui que as informações oficiais sobre o 11 de Setembro são verdadeiras.

questionáveis e falhos para chegar à verdade. Como afirma Cassam, ele “combina alto nível de confiança nas fontes duvidosas com alto nível de desconfiança para os esforços de desmitificação de verdadeiros especialistas” (Cassam, 2016, p.163). Ou seja, ele ignora o testemunho de especialistas por achar que possui as verdadeiras informações, assim como dá pouca atenção a informações novas de fato verdadeiras por considerá-las irrelevantes ou de fontes duvidosas.

Então, por que Oliver crê que P? Cassam oferece uma explicação baseada no caráter intelectual de Oliver: “Ele crê que P porque ele é ingênuo, cínico e preconceituoso” (Cassam, 2016, p.163). Ingenuidade, preconceito, cinismo, são neste caso *traços de caráter intelectual* de Oliver que o fazem crer no que ele atualmente crê. De acordo com Cassam, os traços de caráter intelectual explicam como as pessoas raciocinam, pensam e como as pessoas buscam descobrir como são as coisas, ou seja, são hábitos ou formas de se investigar, de pensar, ou seja, o estilo intelectual da pessoa (Cassam, 2016, p.164). Por isso, esses traços de caráter intelectual podem ser virtuosos ou viciosos. O que torna um traço de caráter intelectual vicioso? A proposta de Cassam, que se assemelha a uma interpretação confiabilista dos vícios intelectuais, é a de que “caráteres intelectuais viciosos são traços de caráter intelectual que impedem uma investigação efetiva e responsável” (Cassam, 2016, p.164). E por conta da influência de seus traços de caráter intelectual, Oliver ignora evidências, confia em fontes duvidosas, dentre outras atitudes que não permitem com que ele seja um investigador responsável ou efetivo⁸.

Apesar de se assemelhar com uma definição de vícios intelectuais confiabilista, visto que o vício é definido com base nas consequências negativas que ele causa, há uma diferença: enquanto que a consequência negativa esperada dos vícios intelectuais de acordo com a epistemologia das virtudes confiabilista é que um vício intelectual obstrui a verdade, no caso da definição acima descrita, um vício intelectual impede uma investigação responsável e efetiva. Para ilustrar a diferença, Cassam oferece os seguintes exemplos:

⁸ Cassam aponta que esta noção de vício intelectual também pode ser aplicada a vícios que não são traços de caráter, como por exemplo, ignorar evidências contrárias, que não é em si um traço de caráter mas impede uma investigação responsável e efetiva, sendo também um vício intelectual (Cassam, 2016, p. 165).

Vamos assumir que um gênio maligno cartesiano fez com que, sem nosso conhecimento, nosso mundo seja tal que a verdade seja alcançada através do que, de acordo com os exemplos dados pelas teorias atuais, qualifica-se como vícios intelectuais. Presumidamente, não iremos, portanto, concluir que estes vícios são e sempre foram virtudes. (Cassam, 2016, p.166)⁹

Não é porque em um mundo onde o gênio maligno modifica o resultado dos vícios intelectuais para produzirem mais verdade que falsidade que iremos dizer que agora estes vícios são virtudes¹⁰. Por isso, Cassam afirma que uma investigação responsável e efetiva não produz meramente crenças verdadeiras, mas sim, conhecimento. E neste caso, pode-se imaginar uma seguinte variação do exemplo acima (Cassam, 2016, p.167): Imagine que Schmalileo vive em um mundo manipulado por um gênio maligno. O gênio interfere neste mundo de modo que sempre que alguém apresenta uma evidência forte de que não-P a Schmalileo, em geral é o caso que P. Porém, Schmalileo é descuidado e negligente, e por isso, sempre que lhe apresentam evidências de que não-P, ele ignora tais evidências e continua crendo que P. A conclusão é a de que Schmalileo é um investigador irresponsável e seus vícios o impedem de realizar uma investigação efetiva e responsável. Isso mesmo tendo como consequência a crença verdadeira que P, que não deve ser considerada conhecimento visto que é por sorte¹¹, e não como resultado de uma investigação intelectualmente virtuosa, que ele crê que P.

Regressando ao problema levantado na seção 2: tendo em conta que vícios intelectuais são “vícios em virtude de seu papel ao impedir uma investigação efetiva e responsável” (Cassam, 2016, p.169), surge a pergunta: Poderíamos interpretar a pesquisa realizada por Fisher et. al. de que a internet promove nas pessoas vícios intelectuais, já que leva as

⁹ Este exemplo foi retirado originalmente de Montmarquet (1987, 482).

¹⁰ Um dos avaliadores anônimos deste artigo sugeriu que a crítica a teoria confiabilista feita através do exemplo do gênio maligno é um pouco apressada, pois isso sugere que vícios e virtudes intelectuais devem ser os mesmos no mundo atual e em mundos possíveis como o mundo do gênio maligno. De fato, o exemplo sugere isto, entretanto, penso que isto não é central ao que se quer criticar com este exemplo. O ponto central é que não consideramos virtudes aquelas que por sorte conduzem apenas a verdade. Uma virtude deve produzir conhecimento. Um caso similar a este é o da clarividência, proposto por Bonjour (1980). Apesar da clarividência ser confiável (como o gênio maligno do exemplo acima), a intuição é que a crença resultante não é conhecimento (e por isso também não considerariamos a clarividência uma virtude). Para um debate sobre como interpretar o caso da clarividência, ver Bernecker (2008) e Breyer e Greco (2008). Agradeço ao avaliador por chamar atenção para este ponto.

¹¹ Para mais sobre a relação entre sorte epistêmica e conhecimento, ver Pritchard (2005,2012).

peessoas a acreditarem que possuem mais conhecimento do que de fato possuem? Antes de chegar a uma resposta definitiva, é importante notar que tipo de vício estamos falando. Carter e Gordon sugerem que a ilusão de ter mais conhecimento do que se possui pode levar, mesmo que indiretamente, a um tipo de arrogância intelectual. Isso porque, especificamente:

Buscar [na Internet] pode fazer com que nossa autoconcepção intelectual – ou seja, nossa autoconcepção sobre que conhecimento estamos autorizados a reivindicar – seja inflado artificialmente de um modo que conduz a inferências viciosas sobre o que alguém está autorizado a e sobre a relação com outros. E isso é, afinal de contas, um pequeno passo ao pensar que se sabe mais que se sabe de fato, e atuar de modo caracteristicamente arrogante que reflete este equívoco. (Carter e Gordon, 2016, p.4)

Como, em filosofia, a própria noção de arrogância intelectual é fruto de disputa, Carter e Gordon (2016, p. 5) fazem uma breve análise de três modelos de arrogância intelectual existentes na literatura: o modelo de direito, o modelo do autoengano e o modelo interpessoal¹². No modelo de direito¹³, a arrogância intelectual é uma disposição para se inferir, de uma suposta posição de superioridade intelectual, o direito intelectual sobre temas e de pensar, agir e sentir com base nessa suposta autoridade. Por exemplo, no mundo acadêmico, uma pessoa que possui um doutorado e já fez dois pós-doutorados que se considera no direito de corrigir autoridades das mais diversas áreas que não a sua área de especialidade. Esta pessoa age assim porque ela infere, a partir da crença de que se encontra numa posição superior, que pode agir assim com outras pessoas.

No modelo do autoengano¹⁴ de arrogância intelectual, a arrogância é definida a partir da ilusão de que o que a pessoa diz deve ser tomada como um marco da verdade, e deve receber um peso maior do que outras pessoas. Já o modelo interpessoal¹⁵ de arrogância intelectual define a arrogância intelectual como a atitude de ter uma alta opinião sobre o valor e superioridade intelectual que se tem em comparação com o de

¹² Tradução para “entitlement model”, “self-delusion model” e “interpersonal model”.

¹³ Ver Robert e Wood (2007).

¹⁴ Ver Tanesini (2016).

¹⁵ Ver Tiberius e Walker (1998).

outras pessoas. Tanto no modelo de direito como no modelo interpessoal, a arrogância intelectual tem como base não só na crença que o sujeito possui sobre suas próprias habilidades cognitivas como também nas inferências que podem ser feitas a partir destas crenças. Já o modelo do autoengano centra-se em uma ilusão e uma ideia de que o sujeito possui de que ele é de algum modo o centro de tudo e por isso, suas opiniões merecem ser consideradas não só como verdadeiras, mas como marcadores da verdade.

Segundo Carter e Gordon, o que todos estes modelos de arrogância intelectual possuem em comum é o fato de que há “algum tipo de opinião elevada sobre o próprio status intelectual, onde ‘elevada’ pode ser entendido como ‘acima da média’ ou ‘merecedor de louvor intelectual” (Carter e Gordon, 2016, p. 6). Desse modo, continua Carter e Gordon:

[...] Fisher et al. estão corretos ao dizer que a busca online na Internet faz com que a gente sistematicamente superestime o quanto de conhecimento podemos corretamente reivindicar para nós mesmos, e, fazer isso, conduz a um aumento do quanto estimamos nossa autoestima intelectual – exatamente o tipo [de aumento] que é um elemento crucial da arrogância intelectual de acordo com os três modelos analisados. Isto é, *prima facie*, uma consideração que milita contra a busca online, ao menos desde a perspectiva de que o que importa é o caráter intelectual. (Carter e Gordon, 2016, p.7)

Considerando que um vício intelectual impede uma investigação responsável e efetiva, este tipo de arrogância intelectual, ou este tipo de postura e opinião elevada enganosa sobre o próprio status intelectual pode ser considerado um vício intelectual. Isso porque, como descrito na seção 2, pessoas com este tipo de atitude tendem a ignorar evidências importantes por pensar que já sabem de tudo, ou por achar que são superiores a outros e não necessitam ou não devem escutar ou ler o que estes outros, inferiores, escrevem ou falam. A conclusão que se pode chegar, ao menos neste momento, é que o uso constante da Internet para se obter informação parece ser mais nocivo do que benigno no que diz respeito a uma investigação intelectual responsável e efetiva.

4. Carter e Gordon salientam que a conclusão acima depende de como se interpreta uma das premissas fundamentais do experimento de Fisher et al. Isso porque a interpretação de Fisher et al. do experimento

tem como premissa fundamental o *internalismo cognitivo*¹⁶, que é a tese de que a mente de um indivíduo, assim como todas as suas crenças e conhecimentos, está dentro de sua cabeça (Carter e Gordon, 2016, p.7). Ou seja, todo o processamento cognitivo, a memória, as crenças, conhecimento gerado, etc, são processos que ocorrem única e exclusivamente dentro do crânio do sujeito. Assim, todo o conhecimento que encontra-se armazenado internamente, na memória biológica do sujeito, de acordo com o internalismo cognitivo, é conhecimento interno ou conhecimento pessoal do sujeito. E a tese de Fisher et al. de que os sujeitos do experimento possuem uma ilusão de possuir mais conhecimento do que possui pressupõe justamente a tese de que o que está na cabeça é conhecimento interno/pessoal e o que está fora não é conhecimento que faz parte do sujeito ou a ele pertence.

Em oposição ao internalismo cognitivo há o *externalismo cognitivo*¹⁷. O externalismo cognitivo “é a tese de que alguns dos conhecimentos pessoais podem ser – e de fato são muitas das vezes – armazenados extracranialmente” (Carter e Gordon, 2016, p.8). O exemplo clássico que busca explicar a noção de cognição estendida defendida pelo externalismo cognitivo é o exemplo que descreve um caso de memória estendida:

Inga: Inga tem uma memória biológica que funciona normalmente. Quando ela aprende nova informação, ela armazena em sua memória biológica e é a sua memória biológica que ela consulta quando necessita informação antiga.

Otto: Otto sofre de Alzheimer, e como muitos dos pacientes de Alzheimer, ele confia na informação contida no ambiente para ajudá-lo a estruturar sua vida. Otto carrega consigo um caderno sempre que vai a algum lugar. Quando ele aprende nova informação, ele escreve neste caderno. Quando ele necessita de informação antiga, ele olha no caderno. Para Otto, seu caderno desempenha o papel que usualmente é desempenhado pela memória biológica. (Clark e Chalmers, 1998, p.12)

Neste exemplo, o caderno de Otto funciona praticamente da mesma maneira que a memória biológica de Inga. Por conta disso, Clark e Chalmers descrevem o *Princípio da Paridade*, que afirma que:

¹⁶ Ver Adams e Aizawa (2011).

¹⁷ Ver Clark e Chalmers (1998), Clark (2008, 2010).

Se, à medida que confrontamos algumas tarefas, uma parte do mundo funciona como um processo no qual, se estivesse dentro da cabeça, não hesitaríamos em aceitar como parte do processo cognitivo, então esta parte do mundo é parte do processo cognitivo. (Clark e Chalmers, 1998, p.8)

Dado o princípio da paridade e dado que o caderno de Otto funciona como funciona a memória biológica de Inga, então segundo o externalismo cognitivo, deveríamos considerar o caderno de Otto parte de seu sistema cognitivo, ou seja, o caderno é a memória estendida de Otto. Como toda teoria filosófica, o externalismo cognitivo sofreu diversas objeções, que por uma questão de escopo, não serão tratadas aqui¹⁸. Porém, para responder a algumas das objeções, faz-se necessário adicionar outras condições que não apenas o princípio da paridade, para definir o que pode-se considerar parte estendida da cognição e o que não é parte da cognição. Estas condições extras de integração são as seguintes:

- (1) Que o recurso esteja disponível de modo confiável e seja invocado tipicamente;
- (2) Que qualquer informação recuperada seja mais ou menos automaticamente aprovada. Ela não deve ser usualmente sujeita a um escrutínio crítico. [...] Ela deve ser julgada como tão confiável quanto informações recuperadas da memória biológica.
- (3) A informação contida no recurso deve ser acessível facilmente sempre e quando requerida. (Carter e Gordon, 2016, p.10)

Segundo estas condições e como podemos imaginar o uso que Otto faz de seu caderno de notas, pode-se concluir então que o caderno é parte de seu processo cognitivo, já que está disponível sempre que ele precisa (visto que ele o carrega sempre que sai), é relativamente confiável (dado que as anotações são feitas pelo próprio Otto), a informação é acessível facilmente e Otto em geral não julga criticamente o que ele lê no caderno, visto que ele aceita acriticamente a informação que ele mesmo colocou no mesmo. Tomando como correto o externalismo cognitivo e aceitando que o caderno de Otto é parte de seu sistema cognitivo, as perguntas que se seguem são: as informações anotadas por Otto são suas crenças? Podemos atribuir a Otto conhecimento do que há anotado em seu caderno?

¹⁸ Ver, por exemplo, Adams e Aizawa (2011) e Rupert (2004).

De acordo com a versão confiabilista da epistemologia das virtudes, conhecimento é um tipo de realização cognitiva, ou seja, um tipo de sucesso por causa das habilidades cognitivas do sujeito¹⁹. Se armazenar e recuperar a informação contida no caderno pode ser considerado um tipo de sucesso por causa das habilidades cognitivas, já que o caderno faz parte do sistema cognitivo de Otto, então pode-se dizer que sim, podemos atribuir a Otto conhecimento do que está armazenado em seu caderno²⁰. Levando em consideração que hoje muitos dos nossos dispositivos eletrônicos, como *smartphones*, *tablets* e *laptops* são utilizados constantemente da mesma maneira que Otto utiliza seu caderno de notas, e considerando as condições de integração e o princípio de paridade, pode-se inferir que em muitos casos, podemos considerar que nossos celulares, *tablets* e até mesmo a Internet são parte de nosso sistema cognitivo, e o que armazenamos neles, crenças e conhecimentos estendido que possuímos.

Se o externalismo cognitivo está correto²¹, então o experimento de Fisher et al. pode ser interpretado com base nesta teoria ao invés de ser interpretado com base no internalismo cognitivo. Carter e Gordon portanto afirmam que:

“o que é importante é como os indivíduos interagem com os dispositivos de armazenamento de informação relevantes; por exemplo, estes dispositivos encontram-se integrados apropriadamente, de acordo com [a tese do externalismo cognitivo]? Nos casos em que a resposta é ‘sim’, então existe ao menos o precedente para se pensar que o conhecimento pessoal

¹⁹ Ver Greco (2010) e Sosa (2015) para mais sobre a epistemologia das virtudes.

²⁰ A tese de que um sujeito pode possuir conhecimento armazenado em dispositivos externos é conhecida como a tese do “conhecimento estendido” e atualmente tem como proponentes Pritchard (2010), Kelp (2013) e Farkas (2016).

²¹ Sprevak (2010) faz uma análise comparativa utilizando a metodologia da Inferência pela melhor explicação (*Inference to the best explanation* - IBE) para verificar se é possível decidir entre o externalismo cognitivo e as teorias rivais. Sprevak identifica como teorias rivais do externalismo cognitivo a Hipótese da Cognição Embutida (*Hypothesis of Embed Cognition* - HEMC) e a Hipótese da Cognição Interna (*Hypothesis of Internal Cognition* - HINC). Segundo Sprevak, a IBE pode ajudar a decidir entre a cognição estendida e HEMC, como teorias com mais evidências científicas e poder explicativo em psicologia que a HINC, que é a tese que diz que a cognição não se estende para fora da cabeça e pode ser explicada e estudada de modo isolado do ambiente. Já o externalismo cognitivo e HEMC encontram-se em igualdade no que diz respeito ao poder explicativo e evidências científicas. A teoria da cognição embutida afirma que a especificação e explicação dos mecanismos cognitivos devem incluir tanto a atividade interna como a atividade ambiental externa. Mas não considera como parte do mental os processos externos, como faz o externalismo cognitivo. Desse modo, ainda encontra-se em aberto o debate sobre se o externalismo cognitivo é correto. Porém, HEMC possui muitos aspectos em comum com o externalismo e por isso, favorece mais a ideia de conhecimento estendido que defende Carter e Gordon que HINC, que é a premissa por detrás de Fisher et al.

dos indivíduos podem ser armazenados online” (Carter e Gordon, 2016, p.13)

Se isso é o caso, então a tese de que há uma ilusão de conhecimento, porque as pessoas confundem entre o conhecimento pessoal que possuem e o conhecimento externo está fundamentada em um erro, pois as pessoas podem estar assumindo (corretamente) como conhecimento pessoal o conhecimento que está armazenado na Internet. Ou seja, “parece que pode estar ocorrendo menos confusão em jogo do que o que Fisher et al. reporta em seu estudo” (Carter e Gordon, 2016, p.15). Como poderíamos interpretar o estudo então com base no externalismo cognitivo? Carter e Gordon dizem que de acordo com a interpretação dos resultados com base na teoria do conhecimento estendido, se mantém aberta a questão sobre se há uma confusão real entre conhecimento pessoal e externo ou não, e por isso, se torna menos claro se de fato o uso da Internet proporciona vícios intelectuais nas pessoas (Carter e Gordon, 2016, p.15).

Pode-se interpretar o estudo assumindo que não há confusão, mas sim, que de fato os indivíduos entendem como conhecimento pessoal o conhecimento que está armazenado na Internet. Carter e Gordon sugerem que, pensando sob esta perspectiva, é possível sugerir que na verdade, o uso da Internet para pesquisa pode promover mais humildade intelectual, ao invés de arrogância (Carter e Gordon, 2016, p.17). De acordo com uma das teorias vigentes sobre humildade intelectual²²:

A humildade intelectual virtuosa é, em sua essência, uma questão de reconhecer nossas próprias limitações intelectuais – algo que pode ser manifestado comportamentalmente (entre outras maneiras) como uma vontade de apropriadamente adiar e [...] beneficiar-se voluntariamente com uma verificação de fatos (Carter e Gordon, 2016, p.17).

Ou seja, a mesma situação onde, se for interpretada de acordo com o internalismo cognitivo, implica a promoção de vícios intelectuais, pode favorecer na verdade virtudes intelectuais, sob o ponto de vista do externalismo cognitivo, segundo Carter e Gordon (2016, p.17). Isso porque “a propensão de se tratar a Internet como um ‘expert que sabe de tudo’ e o fato de que ela fornece respostas informativas confiáveis faz com que os

²² Ver Whitcomb et al. (2015).

‘conhecedores estendidos’ estejam prontos para a verificação de fatos” (Carter e Gordon, 2016, p.17). Carter e Gordon não sugerem que o uso da Internet causa, necessariamente, humildade intelectual. Mas eles afirmam que “é importante registrar como aspectos da busca online, que promoveriam arrogância intelectual tendo como base o internalismo cognitivo, podem de fato militar em uma direção oposta dentro do framework da epistemologia estendida, facilitando os modos como podemos reconhecer nossas limitações intelectuais” (Carter e Gordon, 2016, p.18)²³

Ou seja, tratar o conhecimento armazenado na internet como nosso próprio, saber que podemos facilmente recuperar este conhecimento e reconhecer nossos limites intelectuais podem nos fazer, segundo Carter e Gordon, investigadores mais efetivos e responsáveis, especialmente porque, ao reconhecer nossas limitações, somos mais estimulados a verificar os fatos e reconhecer o que de fato sabemos e o que não sabemos. Ou seja, reconhecer as limitações do conhecimento que possuímos e buscar por mais evidências, além de verificar a confiabilidade das fontes utilizadas e dos fatos são claramente virtudes intelectuais. Virtudes intelectuais estas promovidas por, supostamente, o uso constante (e cognitivamente integrado) da internet.

5. Nesta seção pretendo comentar sobre um fenômeno que afeta como funciona a Internet e que poderá indicar que, mesmo considerando o externalismo cognitivo, um determinado tipo de uso da Internet pode de fato promover mais vícios do que virtudes intelectuais. Carter e Gordon sugerem que é possível que muitos usuários considerem o conteúdo armazenado e recuperado na Internet como conhecimento próprio, já que a Internet promove conteúdo em geral confiável, de modo rápido e está sempre disponível. E que isso pode promover um certo tipo de humildade intelectual, ao reconhecer os limites do que se sabe de fato e do que não se sabe e de verificar os fatos através de mais busca online.

²³ Carter e Gordon não defendem que o externalismo cognitivo implica humildade intelectual. De fato, se muitos tratam a internet como um expert que sabe de tudo, e o conhecimento que se encontra na internet é, ao menos em parte, conhecimento do sujeito, ele pode passar a sentir-se arrogante por pensar que é um expert que sabe de tudo. O que é central para Carter e Gordon é que, ao reconhecer que ao menos parte do conhecimento online é nosso conhecimento, também poderíamos reconhecer nossas limitações e com isso, sermos mais cautelosos e prontos para verificação de fatos (Carter e Gordon, 2016, p. 17). Desse modo, o argumento de Carter e Gordon sugere que, dado o internismo cognitivo, a internet necessariamente nos torna arrogantes, porém, dado o externismo cognitivo, é possível que a internet promova mais humildade intelectual (assim como é possível também a promoção de arrogância). Agradeço a um dos avaliadores externo por chamar a atenção a este ponto.

Entretanto, esse tipo de comportamento não parece ser necessariamente o caso, dado como funcionam atualmente os buscadores e redes sociais. Tanto buscadores como o Google assim como redes sociais como *Facebook* são ferramentas comerciais que tem como objetivo lucrar com a venda de publicidade. Por conta disso, é fundamental para estas ferramentas que os usuários sintam-se bem e confortáveis ao usá-las. Para isso, eles possuem algoritmos que definem o que deve ou não aparecer na página de resultados ou no mural das redes sociais. Estes algoritmos filtram, com base em um sistema de predição e análise, o que supostamente gostamos e o que nos deixaria satisfeito em encontrar. Ou, como define Pariser:

O código básico no coração desta nova internet é bastante simples. Esta nova geração dos filtros de Internet olha para as coisas que você supostamente gosta – as coisas que você fez de fato ou as coisas que, as pessoas que gostam de você, gostam – e tenta extrapolar. Eles são mecanismo de predição, constantemente criando e refinando uma teoria sobre quem é você e o que você irá fazer e gostar em seguida. Juntos, estes mecanismos criam um universo único de informação para cada um de nós – o que eu passei a chamar de filtro bolha – que fundamentalmente altera a forma como encontramos ideias e informações. (Pariser, 2011, p. 10)

O buscador Google, por exemplo, atualmente considera mais de 30 critérios diferentes antes de exibir o resultado da busca: quem está buscando (se está conectado ou não ao Gmail), em que lugar geográfico se encontra, que tipo de dispositivo usa (se computador, celular ou *tablet*), a hora atual, se estiver conectado ao Gmail, avalia também a idade, o sexo, quem encontra-se na lista de contato, as buscas anteriores, onde clicou no passado, etc. A partir de uma análise de todo este tipo de informação, ele exibe uma página de resultados que é única, e diferente de qualquer outra página de resultado no mundo, mesmo se o termo buscado for o mesmo.

Um funcionamento similar tem redes sociais como o *Facebook*: Ele não exibe no mural do usuário tudo o que os seus amigos postam ou tudo o que postam as páginas que o usuário segue. Ele exibe as coisas que tem mais chances de serem curtidas ou comentadas pelo usuário. E decide o que exibir com base numa análise preditiva de seu algoritmo, que analisa o comportamento do usuário, o tipo de coisas que em geral ele gosta, comenta, compartilha, o tipo de relação que tem com outros usuários, quem ele bloqueia ou oculta do mural, etc. Ou seja, tudo o que aparece no

mural de um usuário do *Facebook* foi minuciosamente analisado e decidido por um algoritmo que tem como principal objetivo fazer com que o usuário sintam-se bem dentro deste ambiente²⁴ e passe a maior parte do tempo utilizando esta rede ao invés de utilizar o espaço de concorrentes, como o *Google*.

A princípio, este tipo de personalização pode parecer inofensiva e até mesmo comum. Entretanto, Pariser (2011, p.10) descreve três características que tornam os *filtro-bolhas* únicos e a princípio, problemáticos, a saber: (1) O usuário encontra-se só dentro desta bolha informacional. Ou seja, não é, ao contrário de um canal de televisão, apenas mais um espectador que gosta do que é exibido pelo canal. (2) O filtro-bolha é invisível. Ou seja, quando se acessa, por exemplo, um programa de rádio que tem uma certa inclinação política, se sabe que se está entrando em um ambiente com um certo viés político. Mas o mesmo não passa dentro do filtro-bolha. O usuário não sabe que está dentro de uma bolha informacional e muito menos tem ideia do viés que está sendo exposto; e (3) o usuário não decide entrar no filtro-bolha. Ou seja, quando se lê um periódico semanal, a princípio o leitor sabe quem irá ler, que tipo de viés e decide entrar ou não em um contexto informacional específico. Mas o mesmo não passa com os filtro-bolhas. Não interagimos ativamente com eles. Simplesmente usamos as ferramentas sem saber que estamos dentro de uma bolha-informacional gerada por um algoritmo com base no tipo de predição que eles acham que é o melhor para nós.

Estar dentro de um filtro-bolha pode ter uma consequência epistêmica ainda pior, se considerarmos um contexto informacional específico – como por exemplo, o contexto de informação política – e um outro efeito que pode ser encontrado não somente quando nos informamos pela internet, mas também por mídias ditas convencionais (televisão, rádio, jornais e revistas): o efeito da *câmara de eco*²⁵. De acordo com Jamieson e Cappella (2009, p.76), o efeito da câmara de eco pode ser definido como o efeito no qual uma informação é amplificada e ressoada por um ou diversos meios de transmissão de informação. Além disso, em

²⁴ Em 2013, pesquisadores do Facebook (Kramer et al., 2013) conduziram um experimento científico com uma base de 689 mil usuários onde tinham como objetivo manipular o estado emocional dos seus usuários com base no que eles enxergavam nos seus “muraís”. A conclusão foi a de que a depender do tipo de conteúdo visto pelos usuários, suas emoções podem alterar.

²⁵ Tradução do termo “echo chamber effect”, em inglês.

uma câmara de eco como definida aqui, cada meio de transmissão de informação legitima o outro envolvido na operação de ecoar e amplificar a informação. Como exemplo deste efeito, podemos supor que uma determinada revista semanal A publica na sexta-feira uma notícia *p*. No sábado pela manhã, alguns jornais impressos publicam a mesma notícia com uma pequena variação, digamos, *p'*, legitimando a revista semanal A. No sábado pela noite um telejornal apresenta a notícia *p''* em rede nacional, e no domingo pela noite programas de televisão publicam a notícia *p*, novamente.

Este tipo de efeito não parece negativo se considerarmos informações relativamente neutras, como por exemplo, a descoberta de uma nova espécie animal ou o desenvolvimento de uma nova vacina contra o vírus Zika, por exemplo. Nestes contextos, a pessoa dentro da câmara de eco tende a aceitar a informação, que apesar de ter origem em uma fonte foi ecoada por diversas fontes supostamente confiáveis e tende a aceitar sem verificar a verdade da mesma. Entretanto, em contextos onde há ideologias envolvidas e uma polarização ideológica, como por exemplo no contexto político, uma câmara de eco tende a ter um efeito psicológico negativo: pessoas que não tem uma opinião formada sobre o tema podem aceitar como verdade a informação passada, sem buscar verificar outras fontes que não fazem parte da câmara de eco e as pessoas que já possuem a crença de que *p* podem aumentar ainda mais a crença nesta informação e em outras similares.

Isso porque em contextos como o de informação política, não há uma separação entre a câmara de eco e o filtro-bolha. Atualmente, quase todos os meios de comunicação ditos tradicionais – como rádio, jornais impressos, periódicos semanais e jornais de televisão – encontram-se também nas redes sociais, divulgando notícias antes mesmos das mesmas serem publicadas nos meios tradicionais, e ecoando notícias depois que elas são publicadas nos meios tradicionais. Sem falar que atualmente, redes sociais como o Facebook tem se tornado cada vez mais o principal meio de acesso a notícias das pessoas²⁶, já que em um só lugar elas podem ‘seguir’ os jornais e programas de televisão que elas acreditam ser confiáveis. Nesse caso, a câmara de eco passa a ser parte do filtro-bolha

²⁶ Segundo uma pesquisa conduzida pelo Pew Research Center em 2016, o Facebook é a principal fonte de notícias de 62% dos adultos dos Estados Unidos. Ver: <http://www.journalism.org/2016/05/26/news-use-across-social-media-platforms-2016/>

informativa no qual o sujeito faz parte, já que a pessoa verá uma informação em seu mural e terá acesso ao eco da mesma informação em um dos meios tradicionais que fazem parte do seu filtro-bolha.

Vamos considerar então um indivíduo, Paul, que se interessa sobre a política dos Estados Unidos. Como Paul tem tendências Democratas, ele passa a seguir nas redes sociais os meios de comunicação que possuem uma tendência de reafirmar as crenças que ele possui²⁷. Além disso, quando muitos de seus amigos publicam temas políticos nas redes sociais, ele naturalmente irá ‘curtir’ e interagir mais com os amigos que possuem o mesmo direcionamento político – democrata – que os amigos com o direcionamento político republicano. Naturalmente, os algoritmos das redes sociais reconhecerão este padrão e exibirão cada vez mais postagens relacionados ao direcionamento político de Paul. Mesmo que algumas das fontes de notícias seguidas por Paul publiquem notícias relacionadas aos Republicanos, a chance, segundo os algoritmos, de serem exibidas para Paul se tornam cada vez menor, dada a tendência política e o comportamento do mesmo. Paul, assim como muitos dos indivíduos que hoje usam as redes sociais para se informar de política, encontra-se dentro de uma bolha informativa que reafirma as crenças políticas já preexistentes em Paul.

Podemos imaginar agora John, Republicano, ao contrário de Paul. Também encontra-se dentro de uma enorme bolha altamente Republicana que somente reafirma as crenças que possuem. Tanto John como Paul encontram-se na mesma situação epistêmica em que pensam que possuem livre acesso a informação e pensam que todos à sua volta concordam com eles, já que há mais e mais pessoas comentando positivamente e curtindo positivamente as coisas que cada um deles comenta e curte. E tanto Paul como John acreditam que possuem acesso confiável à informação, já que são informados por meios de comunicação que supostamente são confiáveis.

A pergunta que pode ser feita neste momento é: Quais são as consequências epistêmicas/intelectuais de se encontrar dentro destas bolhas informativas? A primeira e mais explícita é que há muito viés confirmatório neste comportamento. Mas no caso das bolhas, há um efeito

²⁷ Stroud (2011) analisa uma série de estudos sobre este comportamento que ela chama de “exposição seletiva partidária”, ou seja, o comportamento de fazer com que indivíduos selecionem fontes de notícias que se ajustam ou reafirmam suas próprias crenças.

extra. O viés confirmatório é uma ação que parte ativamente do sujeito que busca a informação. No caso das bolhas, o sujeito é passivo e recebe passivamente as informações que buscam confirmar suas crenças e seu comportamento. Uma analogia entre o viés confirmatório e a bolha informacional pode ser a seguinte: uma pessoa com viés confirmatório é uma pessoa que vai ao mercado, ignora diversos produtos na estante para buscar aquele que confirma suas crenças. Já uma pessoa dentro da bolha informacional é uma pessoa que vai ao mercado e nele somente encontra produtos que confirmem suas crenças, podendo assim pensar que estes produtos no mercado são todos os produtos que existem disponíveis. Assim, uma das primeiras consequências é que as bolhas informacionais levam as pessoas a crer erroneamente que aquelas informações disponíveis são de fato as únicas que fazem sentido e que devem ser analisadas para a formação ou não de uma crença. Como vemos nos exemplos acima, no caso do contexto polarizado da política, não há diferença alguma entre a situação epistêmica de John e Paul.

Além disso, vivemos em uma época em que a velocidade para se informar e para informar outros é muito rápida. Sem falar no custo a ser pago pela informação, já que como há um uso cada vez maior de celulares como meio de acesso a redes sociais, e este uso custa um plano de acesso, o tipo de informação a ser consultada também tem um custo: vídeos longos gastam mais dados e, portanto, tem menos prioridade em relação a vídeos curtos e a textos curtos. E ler somente a manchete gasta menos tempo e dados que ler todo um texto. Por isso se estima que mais de 60% das pessoas compartilham informações pelas redes sociais sem as ler, ou seja, lendo apenas os títulos das postagens²⁸. Não é à toa que toda uma área de marketing passou a se especializar em criar títulos chamativos para serem facilmente compartilhados, mesmo que os títulos não reflitam de fato a informação que se encontra no corpo do texto de uma notícia.

O fato de vivermos dentro de bolhas informacionais parece ser de certo modo semelhante ao famoso experimento mental do cérebro numa cuba. E como consequências temos (1) pessoas que formam crenças apenas com base em títulos chamativos, sem ler as notícias, ou seja, formam crenças sem evidências suficientes, apenas por confiar em um sistema informacional e em fontes de notícias que lucram com cliques

²⁸ Ver Gabielkov et al. (2016).

chamativos; (2) pessoas que praticamente somente possuem acesso a informações geradas especificamente de acordo com suas preferências e desejos (filtro-bolhas); (3) pessoas que tem suas crenças confirmadas por outras fontes de informação e pessoas ao seu redor e que possui acesso restrito a qualquer outra fonte de informações ou grupo de pessoas que poderiam desconfirmar suas crenças (câmara de eco e filtro-bolha) e (4) pessoas que compartilham e transmitem testemunhos como se fossem confiáveis com base nestas crenças sem evidências formadas a partir destas bolhas informacionais.

Considerando que vícios intelectuais são traços de caráter, qualidades e habilidades que impedem que um agente realize uma investigação responsável e efetiva, pode-se dizer que o uso da internet e redes sociais, especialmente em contextos informacionais ideológicos, como o contexto de informação política, parece tornar as pessoas mais intelectualmente viciosas do que virtuosas. Isso porque além de as pessoas encontrarem-se dentro de bolhas informacionais viciosas, elas não sabem que se encontram dentro destas bolhas e por isso creem (em geral falsamente) que estão tendo acesso às melhores e mais confiáveis informações e muitas vezes confiam apenas nos títulos para formar crenças injustificadas. Além disso, estas pessoas tornam-se também más informantes e fontes de informações não confiáveis, tornando as suas próprias bolhas e as bolhas informacionais das quais fazem parte mais viciosas. O fato de confiarem em suas bolhas e o fato destas bolhas gerarem um ambiente de viés de confirmação altamente viciado fazem com que as pessoas cada vez menos sintam necessidade de verificar os fatos, já que todas as fontes de informação a sua volta reforçam que a crença que ela formou está correta.

6. Uma pergunta central e importante a ser feita é: Se isso é o caso, então o que devemos fazer para evitar sermos intelectualmente viciosos dentro destes sistemas informacionais? Esta é uma pergunta que pretendo não responder aqui, visto que este artigo tem como objetivo apenas descrever (ou diagnosticar) desde um ponto de vista epistêmico quais as consequências do uso da internet e redes sociais para obtenção de informação e formação de crenças. Mas o primeiro passo seria reconhecer que nos encontramos dentro destas bolhas informacionais e buscarmos cada vez mais sair das mesmas, sair das zonas de conforto, entrar em bolhas que são completamente opostas às nossas crenças e tornarmos um

pouco mais céticos quanto a confiabilidade das fontes de informação que consultamos, sejam pessoas que consideramos inteligentes e incapazes de cair em armadilhas intelectuais como a de títulos chamativos, sejam empresas de comunicação que deveriam oferecer um jornalismo de qualidade, mas que atualmente se interessam apenas por lucros. Talvez este ceticismo seja o primeiro passo neste contexto para uma vida intelectual mais virtuosa.

Referências

- ADAMS, F. e KENNETH A. (2011). *The Bounds of Cognition*. Blackwell.
- BATTALY, H. (2014). 'Varieties of Epistemic Vice', in: Matheson, Jonathan e Vitz, Rico, eds., *The Ethics of Belief: Individual and Social*, Oxford: Oxford University Press, 51-76.
- BERNECKER, S. (2008) 'Agent Reliabilism and the Problem of Clairvoyance', *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. LXXVI, No. 1.
- BONJOUR, L. (1980) 'Externalist Theories of Empirical Knowledge', *Midwest Studies in Philosophy*, 5: 53-73.
- BREYER, D. e GRECO, J. (2008) 'Cognitive Integration and the Ownership of Belief: Response to Bernecker', *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. LXXVI, No. 1.
- CARTER, J. A. e GORDON, E. C. (2016). 'Is searching the internet making us intellectually arrogant?', unpublished manuscript, University of Edinburgh.
- CASSAM, Q. (2016) 'Vice Epistemology'. *The Monist*, 99:159-180.
- CLARK, A. (2008). *Supersizing the Mind: Embodiment, Action, and Cognitive Extension*. Oxford University Press.
- _____ (2010). 'Memento's Revenge : The Extended Mind Extended'. In: *The Extended Mind*, (Ed.) Menary, Richard, MIT Press.
- CLARK, A., e CHALMERS, D. (1998). 'The Extended Mind', *Analysis* 58 (1): 7-19.
- FALLIS, D. (2008) 'Toward an Epistemology of Wikipedia', *Journal of the American Society for Information Science and Technology archive*, Volume 59 (10): 1662-1674.
- FARKAS, K. (2016). 'Know-Wh Does Not Reduce to Know That'. *American Philosophical Quarterly*, 53 (2): 109-122.
- FISHER, M., GODDU, M. K. e KEIL, F. C. (2015). 'Searching for Explanations: How the Internet Inflates Estimates of Internal Knowledge', *Journal of Experimental Psychology: General* 144 (3): 674-687.

- GABIELKOV, M., RAMACHANDRAN, A., CHAINTREAU, A. e LEGOUT, A. (2016) 'Social Clicks: What and Who Gets Read on Twitter?'. ACM SIGMETRICS / IFIP Performance 2016, Jun 2016, Antibes Juan-les-Pins, France.
- GOLDMAN, A. (1978). 'Epistemics: The Regulative Theory of Cognition', *Journal of Philosophy* 75:509-23.
- _____ (1992) *Liaisons: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*, Cambridge, MA: The MIT Press.
- GOLDMAN, A. e BLANCHARD, T. (2016). 'Social Epistemology', In: Zalta, Edward (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, URL = [<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/epistemology-social/>](https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/epistemology-social/).
- GRECO, J. (2010). *Achieving Knowledge: A Virtue-theoretic Account of Epistemic Normativity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JAMIESON, K. e CAPPELLA, J. (2009). *Echo chamber: Rush Limbaugh and the conservative media establishment*. New York, NY: Oxford University Press.
- KELP, C. (2013). 'Extended Cognition and Robust Virtue Epistemology'. *Erkenntnis* 78 (2): 245-252.
- KORIAT, A., e LEVY-SADOT, R. (2001). 'The combined contributions of the cue-familiarity and accessibility heuristics to feelings of knowing', *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 27, 34-53.
- KRAMER, A.; GUILLORY, J. E. e HANCOCK, J. T. (2013). 'Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks', *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States*, vol. 111, n. 24, 8788-8790.
- LYNCH, M. P. (2016). *The Internet of Us: Knowing More and Understanding Less in the Age of Big Data*, New York: Liveright.
- MONTMARQUET, J. (1987). 'Epistemic Virtue', *Mind* 96: 482-97.
- PARISER, E. (2011). *The Filter Bubble: What the internet is hiding from you*, New York: The Penguin Press.
- PRITCHARD, D. (2005). *Epistemic Luck*, Oxford: Oxford University Press.
- _____ (2010). 'Cognitive Ability and the Extended Cognition Thesis'. *Synthese* 175 (1): 133-151.
- _____ (2012). 'Anti-Luck Virtue Epistemology', *Journal of Philosophy*, 109: 247-79.
- ROBERTS, R. C. e WOOD, W. J. (2007). *Intellectual Virtues: An Essay in Regulative Epistemology*, Oxford: Oxford University Press.

- RUPERT, R. D. (2004). 'Challenges to the Hypothesis of Extended Cognition'. *Journal of Philosophy*, 101 (8): 389-428.
- SOSA, E. (2015) *Judgment and Agency*, Oxford: Oxford University Press.
- SPARROW, B., LIU J., e WEGNER, D. M. (2011). 'Google Effects on Memory: Cognitive Consequences of Having Information at Our Fingertips', *Science* 333 (6043): 776-778.
- SPREVAK, M. (2010). 'Inference to the Hypothesis of Extended Cognition', *Studies in History and Philosophy of Science, Part A*, vol 41, no. 4, 353-362.
- STROUD, N. J. (2011). *Niche News: The Politics of News Choices*. Oxford. Oxford University Press.
- TANESINI, A. (2016). 'I—"Calm Down, Dear": Intellectual Arrogance, Silencing and Ignorance'. *Aristotelian Society Supplementary Volume* 90 (1): 71-92.
- TIBERIUS, V., e WALKER, J. D. (1998). 'Arrogance'. *American Philosophical Quarterly* 35 (4): 379-390.
- WARD, A. F. (2013). 'Supernormal: How the Internet Is Changing Our Memories and Our Minds', *Psychological Inquiry* 24 (4): 341-348.
- WEGNER, D. M. (1987). 'Transactive memory: A contemporary analysis of the group mind'. In: Mullen, Brian e Goethals, George R. (Eds.), *Theories of group behavior*. New York, NY: Springer-Verlag.
- WHITCOMB, D.; BATTALY, H.; BAEHR, J. e SNYDER, D. H. (2015). 'Intellectual Humility: Owning Our Limitations'. *Philosophy and Phenomenological Research* 91 (1).
- WOOD, S. L. e LYNCH, J. G. (2002). 'Prior knowledge and complacency in new product learning', *Journal of Consumer Research*, 29: 416-426.
- ZAGZEBSKI, L. (1996). *Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge*, Cambridge: Cambridge University Press.

Endereço Postal:

Instituto de Investigaciones Filosóficas
Circuito Maestro Mario de la Cueva s/n, Segundo Piso,
Ciudad Universitaria, C.P. 04510, Coyoacán,
Ciudad de México, México

Data de recebimento: 17-08-2017

Data de aceite: 04-12-2017